



ACÓRDÃO Nº837/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12183/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Carlos Alberto Valente Araújo (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM E DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2241/2023-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Determinação. Ciência.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Instituto Municipal de Planejamento Urbano - IMPLURB, sob a responsabilidade do Sr. **Carlos Alberto Valente Araújo**, Diretor-Presidente no curso do exercício 2021, nos termos dos arts. 1º, II e 22, II da Lei n. 2423/1996, c/c o art. 5º, II da Resolução nº 04/2002-RI/TCE;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Carlos Alberto Valente Araujo**, Diretor-Presidente do IMPLURB no exercício de 2021, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme preceitua o Art. 308, VII da Resolução nº 04/2002-RI/TCE, em razão dos *achados 01 e 07 não sanados* apontadas no *Relatório Conclusivo n. 14/2023 da DICAMM* e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para



ACÓRDÃO Nº837/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Recomendar ao Sr. **Carlos Alberto Valente Araújo**, ou a quem esteja exercendo o cargo de Diretor-Presidente do IMPLURB atualmente que:

10.3.1 tenha mais atenção às documentações a serem encaminhadas à esta Corte de Contas, sob o risco de não serem mais aceitas as justificativas, considerando a reincidência da questão;

10.3.2 enumere os procedimentos licitatórios no sistema e-contas, a fim de facilitar a análise das prestações de contas futuras;

10.4. Determinar à SEPLENO que comunique a Receita Federal do Brasil quanto a não comprovação de recolhimento dos tributos e contribuições, conforme achado 02 apontado no *Relatório Conclusivo n. 14/2023-DICAMM*;

10.5. Dar ciência do decisório prolatado nos autos ao Sr. **Carlos Alberto Valente Araújo**, Diretor-Presidente do IMPLURB, exercício 2021.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Maio de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



ACÓRDÃO Nº837/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral